



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
www.cmdcasorocaba.org.br – contato@cmdcasorocaba.org.br

Reunião ordinária realizada no dia seis de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às 14:30 horas, reuniram-se na sede do CMDCA os Conselheiros de Direito para reunião ordinária conforme calendário previamente estabelecido. A Presidente do CMDCA Angélica Lacerda abriu a reunião agradecendo aos Conselheiros pela participação e empenho nas comissões e trabalhos do CMDCA, após conferiu os conselheiros presentes e as comissões que cada um compõe. Em seguida iniciou as leituras das atas do dia 15/09/21 aprovada por unanimidade e ata do dia 22/09 aprovada por unanimidade, A presidente solicitou que a comissão de acompanhamento do CT, solicite ao Conselho Tutelar os fluxos de trabalho em relação aos atendimentos aos hospitais, em seguida solicitou também que a conselheira Fabiana nos traga a devolutiva em relação ao bebê que faleceu na UBS. Acordou também que o CMDCA irá enviar um ofício para Câmara pois o município tem as leis a lei 11.956/19 e 13.722.18 o qual determina sobre os primeiros socorros em bebês e a orientação aos pais porém a obrigatoriedade é só para hospitais privados, que há necessidade de alteração na lei para orientação também nos hospitais públicos. Seguindo a pauta do dia o assunto foi a escala do conselho tutelar, a presidente informou ao grupo que houve a necessidade de criar uma escala emergencial dos conselheiros tutelares para cobrir as operações realizadas nos bairros contra os pancadões que nestes espaços há muitos adolescentes, foi feita a operação Saturação, os conselheiros criaram uma escala emergencial e este Colegiado precisa definir a maneira que os Conselheiros tutelares irão compensar estas horas trabalhadas, se nos plantões ou no expediente, vários conselheiros de direito contribuíram com a discussão, os conselheiros Luís e Priscila pontuaram sobre uma reunião que aconteceu sobre estas operações policiais, que estavam envolvidos GCM, Polícia Militar, MP, as Forças de segurança, o CMDCA e o conselho tutelar, que nesta reunião ficou claro que o conselho tutelar não quer participar das operações porém é necessário; a promotora Dra. Cristina Palma pontuou que é necessário a participação deles, vários conselheiros de direitos pontuaram como o Eca e outras legislações determinam a atuação do conselho tutelar, neste processo de discussão e contribuição sobre o tema ficou acordado que o conselheiro de Direito Ednaldo faça parte da Comissão de acompanhamento do CT junto com os conselheiros, Luiz, Hugo, Priscila, Regina e Elaine, definimos também que para as próximas operações os conselheiros que irão acompanhar serão os conselheiros que já estarão de plantão não havendo a necessidade de escala emergencial, fica definido que os três que estão de plantão irão nas operações e se houver uma outra ocorrência um deles irá atender, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade em seguida foi colocado em votação que os conselheiros que trabalharam na escala emergencial irão descontar estas horas no próprio plantão a ser combinado com a coordenação da região. Continuando a pauta do dia a presidente informou ao colegiado que haverá necessidade de fazer um processo seletivo para suplentes ao cargo de conselheiro tutelar, que este processo deverá acontecer em janeiro de 2022, pois não há mais suplentes na lista. Em seguida o Conselheiro Luiz apresentou ao grupo o relatório da comissão de acompanhamento do CT, no caso da conselheira tutelar L.A, após a apresentação do relatório a comissão solicita a abertura de sindicância para averiguar os fatos, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade para abertura de sindicância. Angélica informou ao grupo que promotora Dra. Ana Alice enviou um Ofício solicitando que o CMDCA apoie as medidas socioeducativas com cursos profissionalizantes e com as empresas qualificadoras, o colegiado debateu sobre o tema e definiu que conselheiras de direito Jany e Ana Lucia irão marcar uma reunião com a promotora para entender melhor a proposta e propor ao colegiado como podemos contribuir com a causa. Continuando a pauta, a Dra. Edith convidou este conselho para falar do – Projeto sobre redução de danos por Covid 19 em Adolescentes e Jovens através de parceria da PUC com USP, UFSCAR e UNIFESP, a conselheira Jessica irá participar e representar o CMDCA, Angélica informou que o comitê do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

www.cmdcasorocaba.org.br – contato@cmdcasorocaba.org.br

está caminhando com os trabalhos e que hoje ela e conselheira Fabiana representam este conselho, informou também que a Receita Federal doou 300 aparelhos celulares, que no dia 15/10 as 16:00 horas será assinatura do termo para receber os 300 aparelhos, e que o CMDCA irá indicar quais adolescentes irão receber estes aparelhos, foi apresentado o termo e nele quais as condições para o uso. Foi criada uma comissão que será composta pela conselheiras Priscila, Sara e Lidianne, esta trará a proposta ao colegiado de como repassar aos adolescentes, critérios e como será o processo. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada as 16:22h. Eu, Lidianne Asperti de Oliveira lavrei a presente ata que, após lida, será assinada por quem de direito.

Sorocaba, 06 de outubro de 2021.

Angélica Lacerda Cardoso

Presidente

Lidianne Asperti de Oliveira Queiroz

Secretária